Reportagem Seriada

Após reportagem do O POVO+, mineradora é embargada e multada no Ceará

Quanto mais a mineradora vende a partir da exploração do solo cearense, maior deve ser o valor repassado ao Estado. Porém, o pagamento não é feito desde 2014. À população, ficaram os relatos de perdas dos sustentos, da saúde e de familiares

Episódio 4

Publicado 17:00 | 10 de Out de 2025 Tipo Notícia Por Fabiana Melo/Especial Para O POVO

As marcas da mineração ainda ecoam nas comunidades afetadas pela Globest. E mesmo que no presente a empresa tenha sido **multada em R$ 1,8 milhão**, após 18 descumprimentos de condicionantes, além de embargo de todas as atividades, o que foi feito permanece por lá.

Foi na sexta-feira, 10 de outubro de 2025, cinco dias após a publicação da reportagem "Há 10 meses com novas violações ambientais, mineradora continua ativa no Ceará", que a Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace) informou ao **O POVO+** que autuou a Globest.

Quero mais conteúdo exclusivo!

Quero mais conteúdo exclusivo!

Assine nossa plataforma multistreaming, e tenha acesso aos nossos colunistas, grandes reportagens, podcasts, séries e muito mais

Assine por R$ 5,90*

Leia mais

- Novos hábitos: Consumo consciente e descarte correto para mitigar danos ambientais
- Meio Ambiente: O que estamos fazendo com nossas cidades e nosso planeta?

O órgão ainda alega que a área de mineração e beneficiamento está atualmente inativa e detalha que, durante a ação estadual, os fiscais constataram o descumprimento de condicionantes e a existência de passivos ambientais, o que resultou na lavratura de nova multa e no embargo, conforme prevê a legislação ambiental vigente.

Nos cálculos da Semace, entre 2013 e 2025, a empresa acumula dez autuações por infrações ambientais, incluindo desmatamento sem autorização, poluição hídrica, extração mineral irregular e funcionamento sem licença válida.

"A Semace reitera seu compromisso com a proteção ambiental, a transparência e o cumprimento rigoroso da legislação, assegurando que todas as medidas administrativas cabíveis serão adotadas para a reparação dos danos e a regularização das atividades", finalizou em nota enviada por e-mail.

As marcas de anos de impactos ambientais e sociais

Apesar dos impactos ambientais e sociais da operação da Globest terem sido percebidos ainda nos primeiros anos da mineradora pela população local (20.213 habitantes), **somente em 2019** o caso ganhou uma proporção maior: a contaminação do Rio Poti, que nasce no Ceará e escoa no Piauí. E continuam sendo sentidos até hoje.

Em fevereiro de 2019, uma chuva de 180 mm atingiu Quiterianópolis em apenas 24 horas. Com isso, as pilhas de rejeitos que se encontravam descobertas, situadas a aproximadamente a 300 metros, foram carregadas para dentro do curso d'água.

- Siga o canal de Economia no WhatsApp para ficar bem informado

Os rejeitos, contudo, chegaram em um local abastecido pelo Rio Poti e de sustento para muitos pescadores locais: o Açude Flor do Campo, em Novo Oriente, cidade distante a pouco mais de 40 km da mineradora. Então, o que acontece quando o rio que fornece água, alimento e esperança começa a adoecer?

O **pescador José Ribamar**, de 54 anos, viu a água limpa, o peixe farto e os mergulhos começaram a mudar de cor, de cheiro, de vida. A lama não era só barro.

Era alumínio, antimônio, arsênio, cromo, fósforo, manganês e níquel. Todos acima do permitido, conforme o estudo realizado pelo Núcleo de Tecnologia e Qualidade Industrial do Ceará (Nutec).

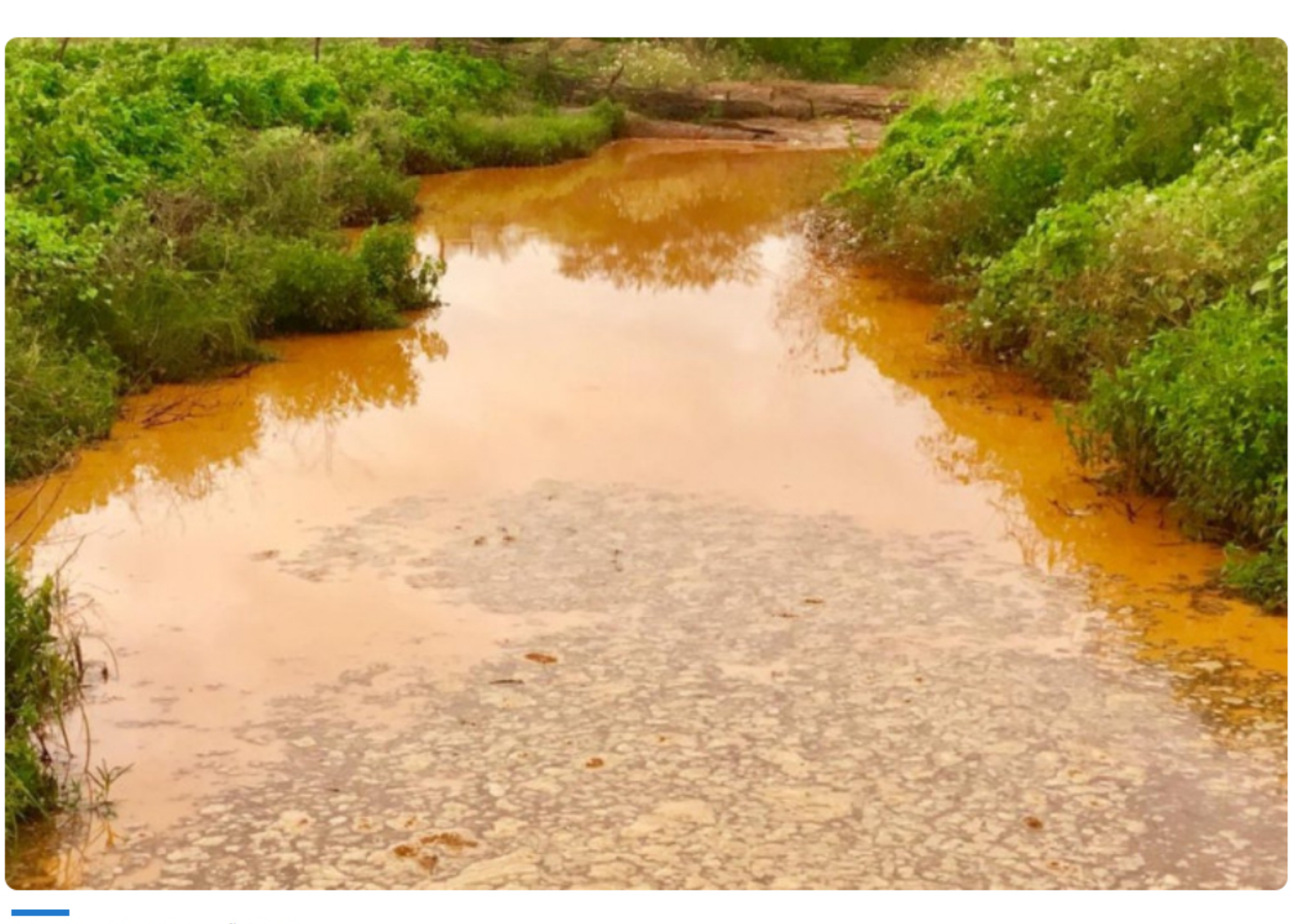


Foto: Erivan Silva/Divulgação/MAM
Situação do Rio Poti em 2019, com a contaminação

Dois anos depois, em 2021, o problema continuava. Os testes ainda mostravam excesso de antimônio, alumínio e manganês. Além disso, surgiram dois novos contaminantes: ferro e chumbo. No levantamento mais recente, de 2023, são duas análises diferentes.

Uma avaliou a água potável, onde foi detectado excesso de ferro. A outra analisou a água bruta (ainda não tratada) e encontrou altas concentrações de manganês e fósforo.

Conforme o relatório, a presença de **níveis altos de manganês** em águas provenientes de açudes e rios pode representar riscos à saúde, especialmente em exposições crônicas.

- Siga O POVO+ no Instagram para estar sempre atualizado das novas publicações

Já o fósforo pode comprometer a qualidade da água, tornando-a inadequada para consumo humano e impactando ecossistemas aquáticos.

"A ingestão de água contaminada por manganês pode estar associada a efeitos adversos na saúde, incluindo problemas neurológicos, respiratórios, hepáticos e renais", ressalta o documento.

Por isso, José Ribamar vive com medo de novos impactos serem sentidos no Açude Flor do Campo. Isso porque o golpe com a contaminação de 2019 não foi só no Rio Poti. Foi no corpo e no bolso das pessoas.

Quando a notícia da contaminação se espalhou, os fregueses sumiram. O peixe que antes alimentava famílias e rendia algum dinheiro agora era visto com desconfiança. "O açude aqui pra nós é a vida. Porque, sem ele, nós que somos pescadores não somos ninguém. É tudo na vida da gente, esse açude."

Foto: José Ribamar do Nascimento/Associação de pescadores e pescadoras artesanais do açude Flor do campo
Para todos verem: imagem mostra o açude Flor do Campo, em Novo Oriente, alvo de despejos de mineração

Enquanto isso, a saúde piorava. Coceiras, feridas, alergias após entrar na água viraram rotina. A pergunta ecoa: é da água? Da poeira? Dos agrotóxicos? Ou de tudo junto? Até hoje, o pescador e também presidente da Associação Arte e Pesca, não sabe a resposta.

"Qual o preço da vida da gente pra esse tipo de gente? O que eles pensam que vale a vida da gente, pra saúde da pessoa? Porque nós pesquisando, uma tonelada de ferro que sai daí, sai num valor de R$ 600. Isso é preço de levar o que é nosso? Uma tonelada? E a vida das pessoas se acabando aí."

Como o minério de ferro é uma *commodity*, o valor varia de acordo com o mercado. Em julho, conforme o Investing.com, a substância estava cotada em US$ 102, equivalente a cerca de R$ 550 a preços atuais, por tonelada.

Leia mais

- Mineração no Ceará: ilegalidades são apontadas e licenciamento será questionado na Justiça
- Projeto Santa Quitéria: entre o sonho desenvolvimentista de urânio e fosfato e as falhas da mineração

Uma das que tiveram de mudar toda a rotina para continuar pescando é **Elizângela** (como quis se identificar), que tem uma vista privilegiada do Açude Flor do Campo, no quintal da sua casa.

"Quando chegamos aqui, tinha muito curimatã no açude. A gente pescava bastante. Chegava a ter até comprador certo, só esperando o peixe sair da água. Era bom", ela recorda.

O receio hoje não mora no peixe, mora na dúvida sobre até quando aquele pedaço de mundo resistirá às marcas da mineração. É do açude que vem tudo: o prato na mesa, o dinheiro da feira, a roupa das crianças. Sem isso, sobra só o vazio. "A pesca é tudo. Sem ela, a gente não vive", relata sem nem pensar.

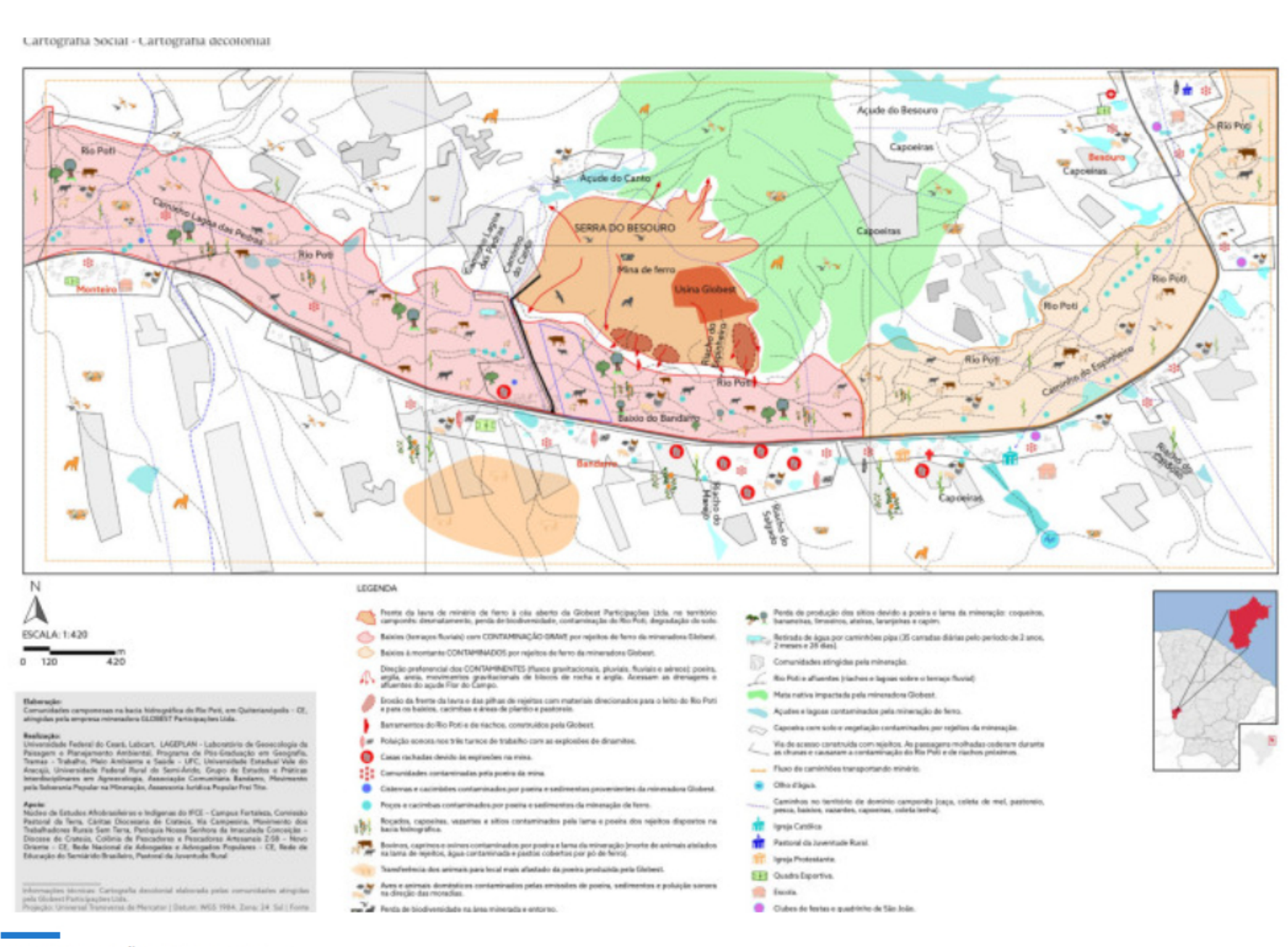


Foto: Reprodução/Jeovah Meireles
Cartografia social que aponta o território camponês em conflito com a mineração de ferro

Em relação ao recurso hídrico, o geógrafo e realizador da cartografia social na região, Jeovah Meireles entende que os impactos ambientais da mineração incluem colapsos, contaminações e alterações na água.

Para o especialista, o recurso hídrico é uma das "substâncias primárias que dão suporte à vida dessas populações no campo".

Ao ser questionado se a contaminação poderia não ter vindo das atividades da Globest, o especialista nega veementemente, explicando: "se chover, a chuva lava toda aquela frente de lavra, de mineração."

Assim, durante as chuvas torrenciais em um curto espaço de tempo, características da região semiárida, todo aquele pó vai ser carreado para o rio.

Hoje, a área de estocagem original, localizada no sexto nível da serra, foi desativada. **A erosão e o risco de carreamento do minério** pela água das chuvas forçaram a mudança. Por isso, toda a produção foi transferida para um novo pátio.

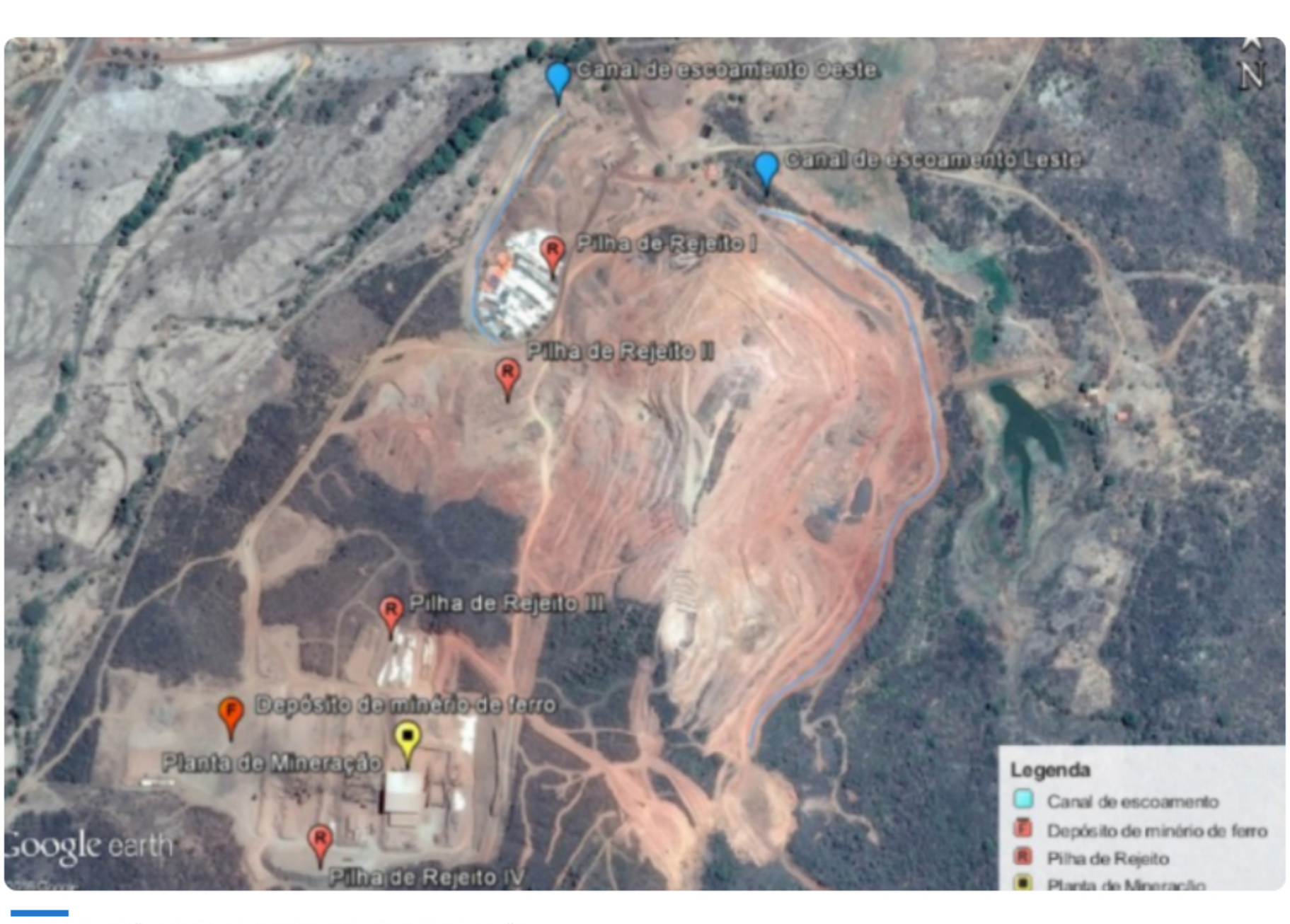


Foto: Reprodução/Relatório da Globest na Licença de Operação
Planta apresentada pela Globest, apontando onde estavam as pilhas de rejeito

A poeira que contaminou o ar

O lar do **casal de agricultores Manoel Lauro, 70 anos, e Luiza Sobral, 62**, no Sertão cearense, ficava a uma distância maior da mineradora do que o de outros moradores. Ainda assim, não escaparam do cerco invisível que se formou no ar: a poeira fina e persistente gerada pelas atividades da Globest.

O pó infiltrava-se pelas frestas das portas e janelas, pelas narinas e pulmões. Dona Luiza, de saúde frágil, sentiu primeiro os efeitos. O agricultor ainda lembra de como sua esposa insistia para eles se mudarem.

"Manoel, meu rapaz, bora simbora", repetia. Mas ele se sentia preso entre o apego à casa que construíram com tanto esforço e o medo do lado de fora. "Mulher, como é que nós compremos isso aí com tanto trabalho? É pouco, mas é nosso, não tem mais como nós ir", respondia.

A esperança, explicou Manoel, era de que a mineradora cumprisse as normas ambientais. Mas, a cada dia se esvaía. Em 2023, dona Luiza resistiu aos problemas respiratórios. Manoel assistiu à esposa definhar, sentindo-se impotente.

Por mais que a ciência oficial não tenha estabelecido um "nexo causal" definitivo entre a atividade mineradora e os casos de adoecimento, o agricultor afirma não ter dúvidas.

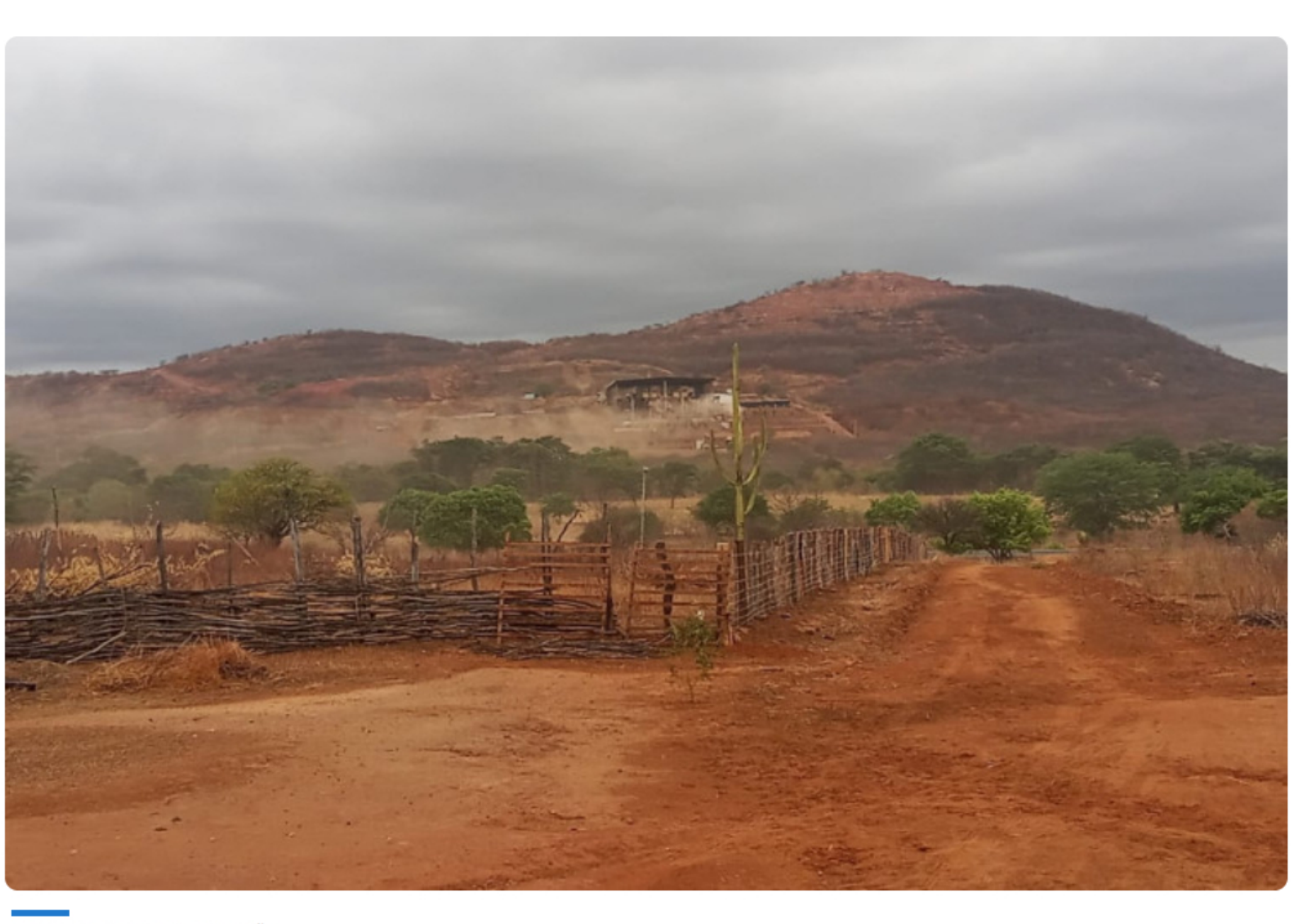


Foto: Silvia Macedo/Reprodução
Quantidade de poeira gerada pela Globest, em dezembro de 2024

"Conversando com as pessoas da saúde, eles dizem que não faz mal. Mas eu me admiro de vocês serem tão estudados e dizerem isso. Eu, que não estudei, sei que tanto a poeira quanto o pó da mineradora fazem mal. Esse é o pior, que faz mal até aos animais", desabafou.

Quando parava para pensar, repetia para si: **"Se eu soubesse que eu ia perder ela, eu tinha ido embora.** Eu tinha deixado. Eu tinha abandonado, eu tinha ido embora."

Dona Luiza não foi a única que sentiu uma mudança no seu corpo. Desde a vinda das máquinas da mineradora ao sertão de Quiterianópolis, relatos emergiram das casas e das reuniões comunitárias para denunciar problemas dermatológicos, respiratórios e cancerígenos.

Foto: Acervo Ibama
Mina de minério de ferro da Globest

Pessoas se queixavam do ar pesado, da poeira constante e da contaminação das águas. Em 2019, um relatório do Núcleo de Tecnologia e Qualidade Industrial do Ceará (Nutec) detectou que a água da localidade detinha o elemento alumínio 10 vezes acima do nível normal. E antimônio, 100 vezes.

Este último é classificado pela Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (Iarc) como "possivelmente carcinogênico para o ser humano". A substância costuma ser encontrada naturalmente em minerais, mas também pode ser derivada de rochas vulcânicas, carvão e petróleo.

De acordo com o relatório da Globest, durante o período de atividades na Serra do Besouro, havia um protocolo de monitoramento da qualidade do ar. A tarefa foi delegada a uma empresa terceirizada, a Ambienge, especializada em análises ambientais.

Foram realizadas duas campanhas de medição ao longo do ano de 2014, em datas espaçadas. Os resultados, quando comparados, revelaram que o ar ao redor da mineração estava longe de ser estável, com alguns pontos apontados como inadequados.

"Há a necessidade de uma investigação mais detalhada se as partículas em suspensão são provenientes da atividade da usina de processamento, das nuvens de poeiras deslocadas do solo pelos ventos ou da circulação de veículos na estrada, para que possam ser adotadas medidas de controle e prevenção à saúde", informa o documento. Porém, nunca houve nenhuma mobilização nesse sentido.

Dados de saúde da população não são contabilizados

Em outubro de 2024, tentou-se contato com a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) de Quiterianópolis para entender os dados de saúde da população desde que a Globest começou a operar.

No entanto, a coordenadora de epidemiologia da cidade, Cleudenir Costa, disse serem "muitos dados e complexos" e questionou se já haviam sido consultados os sites "DataSus" e "Tabnet".

Nessas plataformas, não é possível conferir os diagnósticos e nem doenças específicas, apenas um quadro geral. Quando esse ponto foi levantado, não houve mais resposta.

Foto: Reprodução/Aprece
Município de Quiterianópolis

Diante do silêncio local, tentou-se abrir caminho por outras esferas, com a Lei de Acesso à Informação (LAI) acionada também em nível estadual e federal. A Secretaria da Saúde do Ceará (Sesa) alegou que os dados só poderiam ser liberados pelo município.

O Ministério da Saúde (MS), por sua vez, respondeu com links e documentos, muitos dos quais não possuíam recortes por cidade, e apontou que o restante poderia ser encontrado na plataforma DataSus.

Ou seja, **não há uma base de dados em nenhuma esfera do Poder Público** para acompanhar a situação dos moradores.

Foto: Fabiana Melo/O POVO
Posto de saúde na região da mineradora, em Quiterianópolis

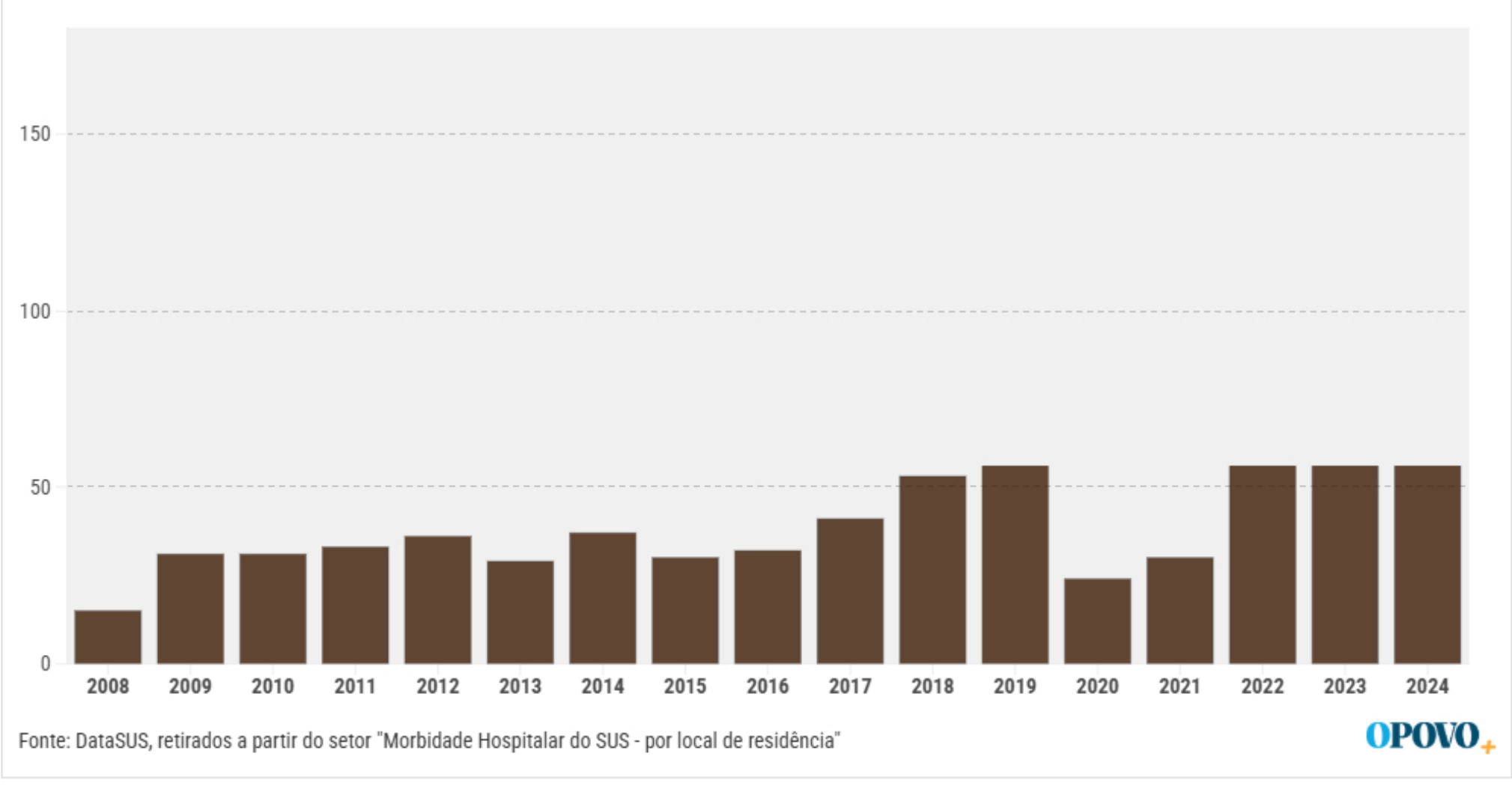
Sem essa base de comparação. Sem pesquisas que liguem diretamente a poluição ou a água contaminada a doenças específicas. Como provar, agora ou no futuro, que o câncer de alguém, ou que a falta de ar de uma criança, vieram da poeira da mina? Como nomear um culpado quando o mal já se dissolveu no tempo?

No Atlas On-line de Mortalidade, mantido pelo Instituto Nacional de Câncer (Inca), constam **49 registros de óbitos por câncer desde 1976 em Quiterianópolis**. Destes, 42 têm uma causa em comum: câncer de brônquios e pulmões.

A primeira morte associada a essa doença foi registrada em 1993, mas, entre 2011 e 2023, 34 dessas perdas foram contabilizadas, período que coincide com a chegada da Globest

Já os números de problemas dermatológicos e respiratórios não podem ser consultados por tipo de doença e estão disponíveis apenas por duas classificações: internações e óbitos, sem considerar os diagnósticos.

Confira os dados de internações por doenças respiratórias



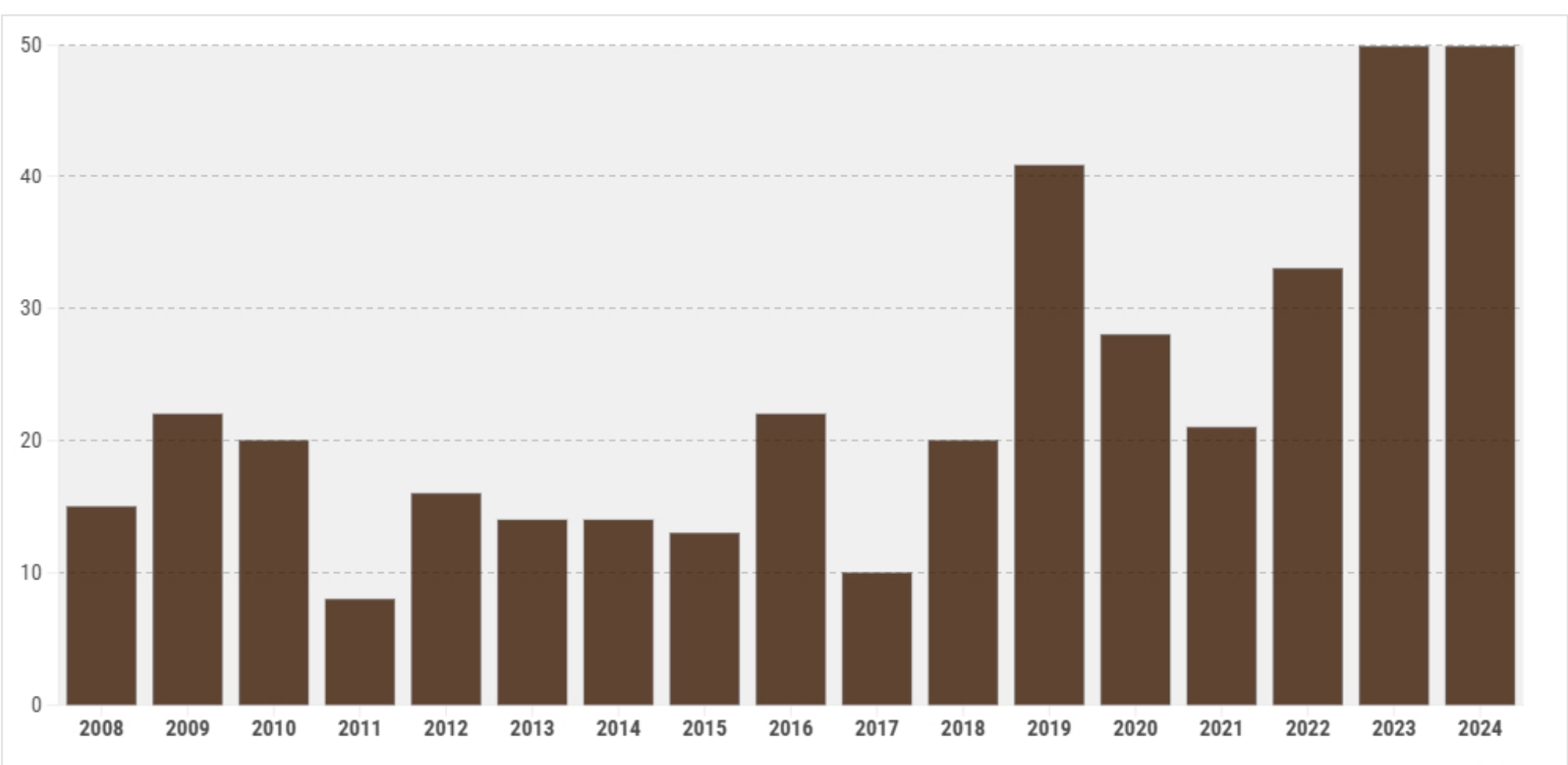
Fonte: DataSUS, retirados a partir do setor "Morbidade Hospitalar do SUS - por local de residência"

Made with Flourish • Create a chart

Conforme o Ministério da Saúde informou por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), muitas dessas patologias não são consideradas de notificação compulsória no Brasil, ou seja, "não há obrigatoriedade de comunicação de casos às autoridades de saúde".

Consequentemente, **não é possível fornecer dados precisos sobre o número de pacientes** com essa condição atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em nenhum âmbito.

Confira os dados de internações por doenças dermatológicas



Fonte: DataSUS, retirados a partir do setor "Morbidade Hospitalar do SUS - por local de residência"

Made with Flourish • Create a chart

Estes dados, porém, não permitem estimar com precisão a incidência e a prevalência das doenças, pois, conforme o próprio Ministério da Saúde, "há pacientes que realizam apenas acompanhamento clínico sem demandar procedimentos registrados, enquanto outros necessitam de múltiplos atendimentos ao longo do tratamento."

Além disso, podem estar relacionados a diversos fatores, como a piora na qualidade do ar, exposição a poluentes ou partículas finas (como poeira e fumaça), mudanças climáticas e até possíveis efeitos de longo prazo da pandemia de Covid-19.

MPCE entrou com ação para mineradora reparar danos

Mesmo diante dos sintomas, provar a relação entre as atividades da mineradora e as doenças tornou-se um labirinto sem saída.

O **promotor José Haroldo dos Santos**, representante do MPCE, moveu a ação civil pública (ACP), focada no dano ambiental ao rio em 2021. Mas foi categórico ao afirmar que não possuía "material suficiente".

Não havia, segundo ele, dados para comprovar o adoecimento da população em decorrência da mineradora ou o prejuízo nas suas casas. A dificuldade de apontar culpados e causas repousava na ausência de um passado registrado.

Nunca foi feito um estudo técnico profundo, nem havia dados prévios à chegada da mineradora para servir como base de comparação. Uma análise epidemiológica, traçando o perfil de saúde da população antes e depois da mineração, portanto, não existe.

Foto: Erivan Silva/DIvulgação/MAM
Reunião promovida pelo MAM em Quiterianópolis

O único recurso com o qual o promotor do MPCE poderia lutar seria, então, os estragos ambientais da mineradora. Para garantir a responsabilização da empresa mesmo sem um novo laudo técnico, utilizou um instrumento previsto na legislação ambiental: a inversão do ônus da prova.

Ou seja, caberia à Globest comprovar que sua atividade não era a responsável pelos danos ambientais. A decisão de judicializar o caso, sem firmar um novo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), foi estratégica e mais confortável, segundo o promotor de Justiça. Isso porque a empresa já havia descumprido acordos anteriores.

Foto: Acervo pessoal
Promotor de Justiça Haroldo Santos entrou com ação civil pública (ACP), em 2021, por dano ambiental ao rio Poti. Reconheceu a dificuldade de provar a ligação da mineradora com doenças causadas à população, porém acredita que a empresa representa dano ao meio ambiente

Além disso, a citação da empresa no processo foi um desafio à parte. Seu representante legal, de origem chinesa, foi de difícil localização pelos oficiais de justiça. Quando finalmente citada, a empresa apresentou contestação, buscando retomar suas operações.

Em 2023, durante o andamento da ação, a **Semace concedeu uma nova licença à Globest**, válida até 2026. O MPCE, ao tomar conhecimento, solicitou liminarmente a suspensão imediata das atividades, o que foi acatado pelo juiz em abril de 2024.

Entretanto, em outubro de 2024, a juíza responsável pelo caso revogou a liminar, baseando-se na nova licença expedida pela Semace. Na sua visão, este seria o órgão mais adequado para decidir se a empresa deveria continuar ou não.

Para o promotor José Haroldo dos Santos, a manutenção das atividades da empresa representa um risco à integridade do meio ambiente e à saúde das comunidades atingidas, sendo necessário aplicar o princípio da precaução.

Hoje, o processo segue tramitando. A ação ainda não foi julgada. Mas o representante do MPCE entende que o caso não se resume apenas à aplicação da lei.

"É uma batalha pela justiça ambiental, pelo direito à vida digna das comunidades e pela preservação de um rio que é fonte de sustento [...] Eu considero essa atuação do Ministério Público, nesse caso, uma das mais relevantes socialmente desde que eu comecei aqui", finaliza.

Globest deixou de pagar *royalties* desde 2014

Conforme os dados enviados pela Agência Nacional de Mineração (ANM), a Globest recolheu os valores da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) somente até agosto de 2014, o que resultou em aproximadamente **R$ 721,6 mil**.

Ou seja, a mineradora está ativa, pelo menos, desde junho de 2024 e ainda não houve repasse de nenhum novo valor para a ANM.

Esse valor, conhecido popularmente como *royalties* da mineração, deveria representar uma forma de compensação às regiões impactadas pela atividade extrativa.

O montante arrecadado é repartido da seguinte maneira: 10% para a União, 15% para o Estado produtor, 60% para o município produtor e 15% para os municípios afetados pela atividade, mesmo sem ser diretamente onde ocorre a lavra.

Foto: Divulgação Ibama
Mina de minério de ferro da Globest Produções Ltda que está poluindo o Rio Poti em Quiterianópolis, no Ceará, 2019

A taxa não incide sobre o lucro da empresa, mas sobre o faturamento bruto da venda dos minérios extraídos. Ou seja, **quanto mais a mineradora vende, maior deve ser o valor repassado** aos cofres públicos e, teoricamente, às populações impactadas.

Na percepção da moradora Silvia Macedo, não houve nenhuma melhoria depois da chegada da Globest. "Só embolsaram, não fizeram nada de benefício para nós."

Já o secretário de Gestão e Articulação Política de Quiterianópolis, Lucas Lacerda, afirma não ter recebido nenhum valor dos *royalties* da mineradora neste ano. Pelo contrário, existe uma dívida volumosa, acumulada por anos de taxas, licenças vencidas, multas e juros. **O valor ultrapassa a casa dos R$ 1 milhão.**

Também disse estar ciente das reclamações de barulho excessivo, nuvens constantes de poeira e impactos sentidos por famílias inteiras, mas a Prefeitura não encontrou resposta com o empreendimento. Além disso, não possui dados nem informações sobre tentativas das gestões anteriores de monitoramento.

A Prefeitura reconhece a importância da geração de empregos e, por isso, não fecha as portas à empresa.

No auge da operação, a ideia é empregar até 150 trabalhadores, com prioridade para moradores de Quiterianópolis. Atualmente, são 80, sendo que, no início da produção, a estimativa era de 93.

Conforme os estudos apresentados no licenciamento mais recente da Globest, a expectativa de vida útil da mina é de aproximadamente **mais nove anos**, com produção anual média de **300 mil toneladas**. Ou seja, ainda existem minérios para explorar. Resta saber como.

Os rastros que ficam na memória

Destruição. Dor. Medo. Arrependimento. Corrupção. Fuga. São alguns dos substantivos que os afetados pela Globest utilizaram ao pensar na empresa que adentrou significativamente no modo de vida deles.

Foto: Fabiana Melo/O POVO
Visão da casa de Silvia Macedo, moradora da região

Silvia traduz em falas aquilo que a visão já não consegue esconder: "A gente olha para lá, é uma destruição grande. Porque aqui nós dizia que o nosso morro era o cartão postal, era muito bonito. Tá todo destruído. Parece assim uma caveira de um bicho, com medo de ficar lá só os ossos."

Ribamar não precisa de muitas palavras. **Ele só quer ver a empresa fora** dali. "Sempre a primeira coisa que vem na minha cabeça é tirar ela daí pra nunca mais voltar... É só o que a gente pensa."

Manoel, com a calma de quem sabe que o tempo não apaga tudo, apenas suspira: "Se eles não tivessem vindo pra cá, pra nós tinha sido ainda um passo melhor. Porque depois de vir, pra sair é uma luta."

Elizângela não responde de imediato. Olha para o chão, segura o silêncio como quem segura uma rede pesada, prestes a rasgar. Três segundos depois, deixa escapar uma palavra que parece doer na boca: medo.

O medo é desse vai e vem e das incertezas que permeia os moradores em relação à Globest. Eles ainda respiram a poeira, ainda se ressabiam pela água do açude. E temem pela continuidade de um modelo de exploração que promete progresso, mas entrega silêncio, contaminação e impunidade.

Metodologia

O terceiro e o quarto episódio desta série de reportagens foram construídos em conjunto a partir da elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o **livro-reportagem "Sob o Peso do Ferro: o colapso da mineração em Quiterianópolis"**, pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Ao todo, foram pouco mais de um ano e meio para apurar as informações presentes na matéria, que surgiu principalmente a partir de uma série de denúncias realizadas pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e o Escritório Frei Tito.

Relato pessoal da visita à cidade

Em maio de 2024, visitei a cidade, conheci a mineradora de perto e tentei contato direto com a empresa. Um funcionário e um capitão da Polícia Militar do Maranhão chegaram a me atender presencialmente na sede, afirmando que iriam repassar meu contato, mas não obtive retorno. Nem mesmo quando consegui o contato do suposto advogado da Globest.

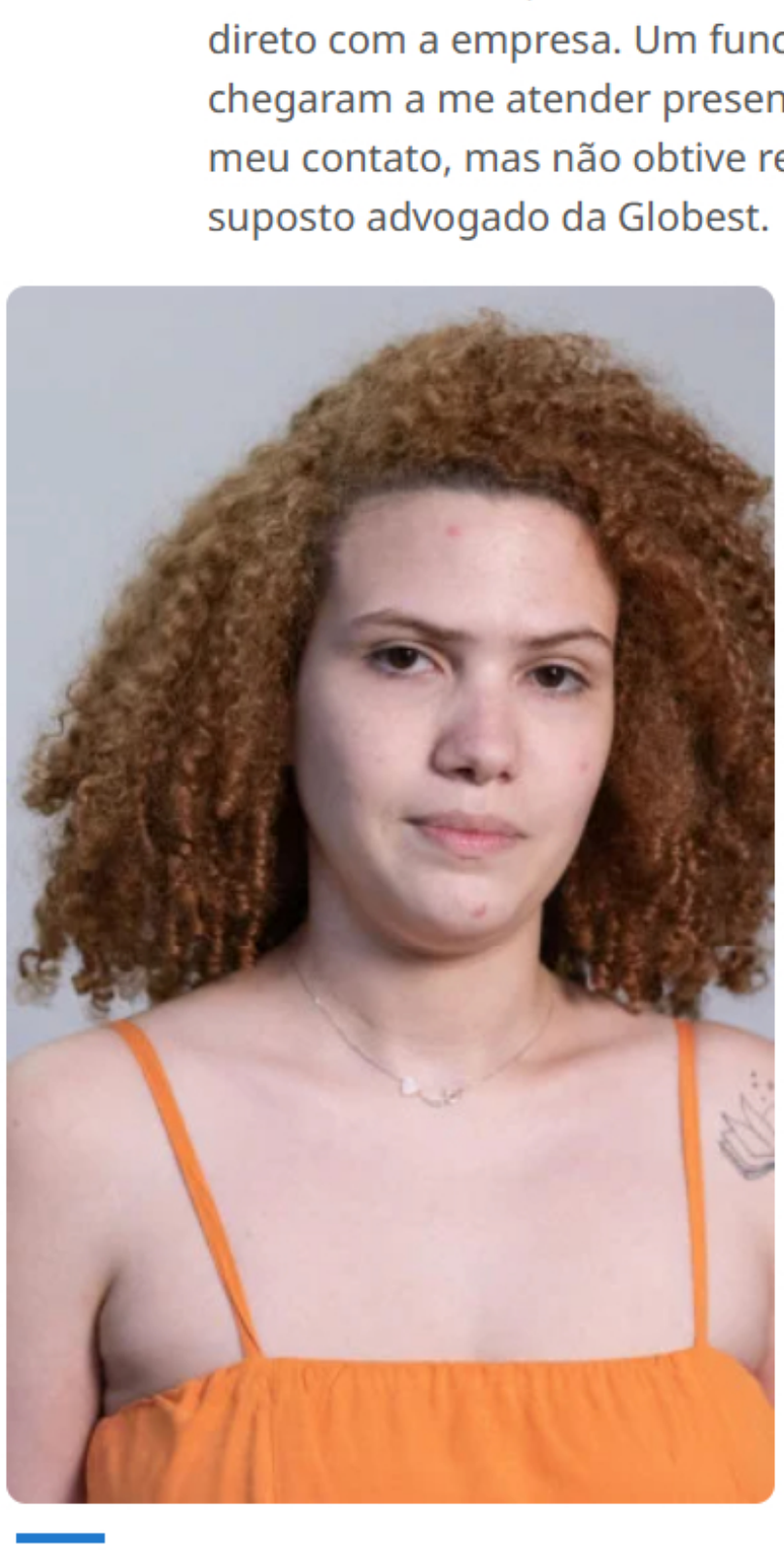


Foto: Samuel Setubal
Fabiana Melo, jornalista

Conversei com moradores, ex-funcionários e lideranças locais, que relataram impactos e insegurança. Entre junho e setembro, entrevistei autoridades como Cecilia Paiva (Frei Tito), Erivan Silva (MAM) e o promotor Haroldo Junior (MPCE), que explicaram processos judiciais e a situação do licenciamento.

Também busquei entrevistas com a Prefeitura de Quiterianópolis e com a Semace. Na Prefeitura, falei com a então secretária de Meio Ambiente, Divina Sousa, mas ela me encaminhou para a Autarquia de Meio Ambiente, por não saber detalhes do caso. Os responsáveis desta, por sua vez, nunca atenderam.

Ainda busquei repetidas vezes com a prefeita à época, Priscilla Barreto, mas sem retorno. Só em 2025 consegui contato com o secretário de Gestão e Articulação Política, Lucas Lacerda, que, por ter assumido recentemente, não pôde responder todos os questionamentos.

Na Semace, iniciei tentativas em outubro de 2024. Foram meses de pedidos de entrevista sem qualquer posição oficial. Um ensaio de resposta veio apenas quando informei que a matéria da Globest seria publicada pelo **O POVO**. Porém, até a publicação do episódio anterior desta reportagem, no dia 5 de outubro de 2025, não houve retorno.

Cinco dias depois, em 10 de outubro de 2025, a Semace respondeu. Neste período, pós-publicação do material no **O POVO+**, os técnicos do órgão se reuniram e informaram as deliberações tomadas neste dia de sexta-feira.

Mais notícias de Economia

- Confira os assuntos econômicos no Ceará, no Brasil e no Mundo
- Acompanhe mais notícias de Economia no Linkedin do O POVO
- Siga o canal de Economia no WhatsApp para ficar bem informado
- Veja dicas rápidas sobre Educação Financeira no Dei Valor

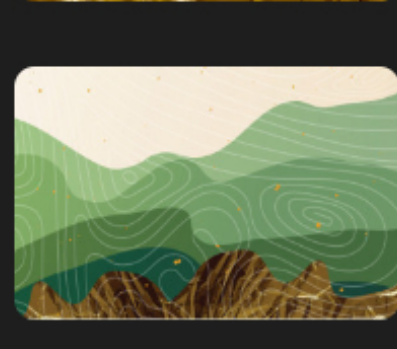
O que você achou desse conteúdo? ❤ Curti 💔 Não curti

Tags

Meio Ambiente Economia

Ameaças ao meio ambiente

Série debruça sobre a ilegalidade da lei: as irregularidades e operações contra obras licenciadas e autorizadas, além da elaboração de leis alvos de críticas por ambientalistas e moradores. No meio disso, está a população que sofre com o ar poluído e comida contaminada

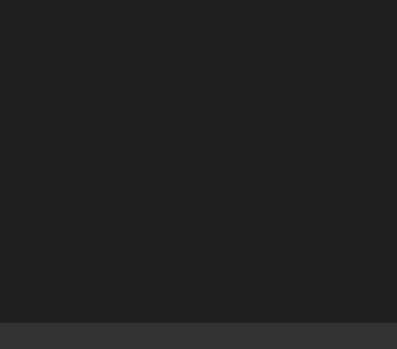


Episódio 1

Carta branca para "tratorada": concessão de licenças vira farra ambiental no Ceará

Episódio 2

Onde nascem os problemas nos licenciamentos ambientais do Ceará



Episódio 3

Com novas violações, mineradora ficou ativa no Ceará por 10 meses até ser embargada

Ver todos

Conteúdo exclusivo para assinantes do OPOVO+. Já é assinante? Entrar.